

Código de Processo Penal

Art. 315.

§ 2º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: **(Rol exemplificativo)**

I - limitar-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

1) (Q2778292 - Prova: CESPE/CEBRASPE - TJ ES - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Direito – 2023) No que concerne à prisão, julgue os itens a seguir.

Diferentemente da decisão de decretação da prisão preventiva, a decisão que a revogue dispensa fundamentação.

2) (Q3180800 - Prova: CESPE/CEBRASPE - PC PE - Delegado de Polícia – 2024) O juiz, para decretar a prisão preventiva, deverá

A) abster-se de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, justificando sua posição no princípio do in dubio pro societate.

B) limitar-se à indicação de ato normativo, prescindindo de explicações quanto à sua relação com a causa ou a questão decidida.

C) empregar conceitos jurídicos indeterminados, explicitando os motivos jusfilosóficos que condicionam sua incidência teórica.

D) invocar precedente ou enunciado de súmulas e construir teses novas sobre os fundamentos determinantes que afastam a inimputabilidade do agente.

E) indicar concretamente a existência de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

3) (Q3259922 - Prova: FUNDATEC - ALE RS - Agente de Polícia Legislativa – 2024)
Assinale a alternativa correta a respeito do que dispõe o Código de Processo Penal sobre a prisão preventiva.

A) Só cabe prisão preventiva na fase processual em razão da cláusula de reserva jurisdicional.

B) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar, pelas provas constantes dos autos, ter o agente praticado o fato em legítima defesa.

C) Em caso de urgência, a decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva prescinde ser motivada e fundamentada.

D) Admite-se a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena.

E) Não se admite a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.

Código de Processo Penal

Art. 316. O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva se, no correr da investigação ou do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista, bem como novamente decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Parágrafo único. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Prisão preventiva

- **Qual o prazo da prisão preventiva?**

Não há prazo! Entretanto, deve haver proporcionalidade em sua duração e os fundamentos devem estar presentes durante toda a constrição da liberdade do indivíduo.

STF: “Paciente preso preventivamente há mais de quatro anos, sem que tenha sido realizada audiência de interrogatório e sem previsão para a efetivação do ato. (...) Embora a razoável duração do processo não possa ser considerada de maneira isolada e descontextualizada das peculiaridades do caso concreto, diante da demora no encerramento da instrução criminal, sem que o paciente, preso preventivamente, tenha sido interrogado e sem que tenham dado causa à demora, não se sustenta a manutenção da constrição cautelar. (STF, HC 141583, julgado em 19/09/2017)

Jurisprudência

Diante do descumprimento do prazo nonagesimal, sem que o juiz revise a necessidade da manutenção da prisão preventiva, deve ser concedida a liberdade provisória de forma automática?

Não! O transcurso do prazo previsto no parágrafo único do art. 316 do Código de Processo Penal não acarreta, automaticamente, a revogação da prisão preventiva e, consequentemente, a concessão de liberdade provisória.

(STF. Plenário. ADI 6581/DF e ADI 6582/DF, julgados em 8/3/2022 (Info 1046))

Jurisprudência

Deve a 2ª instância revisar os fundamentos da prisão preventiva decretada pelo juiz da 1ª instância?

Sim! O art. 316, parágrafo único, do CPP aplica-se até o final do processo de conhecimento, o que se encerra com a cognição plena pelo Tribunal de segundo grau.

Assim, nos casos em que se aguarda o julgamento da apelação, o TJ ou TRF têm a obrigação de revisar periodicamente a prisão, nos termos do art. 316, parágrafo único, do CPP.

Esta obrigação não se estende ao STJ e STF!!

(STF. Plenário. ADI 6581/DF e ADI 6582/DF, julgados em 8/3/2022 (Info 1046))

1) (Q2888767 - Prova: CESPE/CEBRASPE - Prefeitura de Boa Vista - Guarda Civil Municipal – 2023) Assinale a opção correta a respeito da prisão preventiva.

A) O prazo máximo da custódia preventiva do preso não poderá ultrapassar 30 dias, prorrogáveis por período idêntico.

B) Não há prazo definido para a prisão preventiva, mas o juiz pode revogá-la somente no curso do processo, caso haja requerimento das partes.

C) O prazo máximo da custódia preventiva do preso não poderá ultrapassar 10 dias, prorrogáveis por período idêntico.

D) Não há prazo definido para a prisão preventiva, mas o juiz pode revogá-la de ofício em qualquer fase da investigação ou do processo.

2) (Q2778291 - Prova: CESPE/CEBRASPE - TJ ES - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Direito – 2023) No que concerne à prisão, julgue os itens a seguir.

O Ministério Público pode formular requerimento de revogação da prisão preventiva, podendo o juiz atendê-lo de ofício, caso verifique a falta de motivo para sua manutenção.

3) (FUNDATEC - 2025 - DPE-SC - Defensor Público) André está preso preventivamente há 100 dias sem a necessária reanálise quanto à necessidade da prisão preventiva. Diante desse quadro e considerando a legislação e a jurisprudência mais recente dos tribunais, é correto afirmar que a necessidade da manutenção da prisão preventiva deveria ter sido analisada, conforme previsão legal, a cada ____ dias. Em ação direta de inconstitucionalidade, o STF entendeu que a inobservância desse prazo _____ a revogação automática da prisão. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) 30 – não acarreta
- b) 60 – acarreta
- c) 90 – não acarreta
- d) 30 – acarreta
- e) 90 – acarreta

4) (Q2454418 - Prova: CESPE/CEBRASPE - MPE AC - Promotor de Justiça Substituto – 2022)

No que diz respeito às prisões preventivas, assinale a opção correta.

- A) Caberá prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa.
- B) O transcurso do prazo de 90 dias, sem que haja expressa renovação do mandado de prisão, torna automaticamente ilegal a prisão.
- C) A prisão preventiva poderá ser decretada com a finalidade de antecipação do cumprimento da pena.
- D) Em nenhuma hipótese é permitida prisão preventiva caso a pena máxima do crime seja inferior ou igual a 4 anos.
- E) A prisão preventiva pode ser decretada de ofício pelo juiz, desde que ocorra durante a ação penal.